

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e  
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

**Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019**



**NOTAS SOBRE O CONCEITO DE “MERCADO” NOS  
SISTEMAS DE A. SMITH E K. MARX**

**Emmanoel de Oliveira Boff**

NOTAS SOBRE O CONCEITO DE “MERCADO”  
NOS SISTEMAS DE A. SMITH E K. MARX

Emmanuel de Oliveira Boff<sup>1</sup>

RESUMO

O artigo tem por objeto o conceito de mercado presente em algumas obras de A. Smith e K. Marx. O objetivo é analisar o papel que esse conceito possui nos sistemas de pensamento desses autores sobre o funcionamento econômico das sociedades modernas. Essa análise será inspirada na metodologia de Skinner (1969) e Pocock (1971) relativa ao significado e compreensão dos conceitos na história das idéias. Conclui-se que as diferentes posições que o conceito de mercado ocupa em seus sistemas está relacionado ao seu escopo: em Smith, “mercado” seria um princípio geral de explicação da ordem social, enquanto em Marx “mercado” é um mecanismo menos geral que permite a troca de equivalentes (na aparência) e não-equivalentes (na essência).

ABSTRACT

The article has as object the concept of market present in some works of A. Smith and K. Marx. The objective is to analyse the role this concept has in the system of thought of these authors about the workings of the economic in modern societies. This analysis will be inspired by the methodology of Skinner (1969) and Pocock (1971) regarding the meaning and comprehension of concepts in the history of ideas. We conclude that the different positions that the concept of market occupies in their systems is related to its scope: in Smith, “market” is a general principle of explanation of social order, whereas in Marx “market” is a less general mechanism which allows the exchange of equivalentents (in appearance) and non-equivalentents (in essence).

---

<sup>1</sup> Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense.

## 1. Introdução

Começemos com duas questões contemporâneas: em que medida é analiticamente coerente falarmos de “socialismo de mercado”<sup>2</sup>? E em que medida novos arranjos econômicos envolvendo a formação de cooperativas e da economia do compartilhamento representam, se não um passo rumo ao socialismo, ao menos um desafio a economias onde predomina a busca da produção de mais-valor?

Tais perguntas – a primeira mais teórica, a segunda mais prática – não admitem respostas fáceis, já que historicamente podemos encontrar diversos tipos de socialismo (ricardiano, utópicos, marxistas etc.) bem como diversas concepções sobre o que é o mercado (clássica, austríaca, walrasiana etc.). Buscar uma eventual interseção entre os conceitos de “mercado” e “socialismo” e um modo de observá-los na economia concreta depende fundamentalmente de uma compreensão adequada do que de fato se quer dizer quando se usam os termos “mercado” e “socialismo”.

Este trabalho pretende dar uma contribuição (ainda que limitada) a este debate, especificamente focando em como dois pensadores econômicos seminais da modernidade compreendem o conceito de “mercado”. Evidentemente, não se chegará ao final do artigo respondendo categoricamente se o conceito de “socialismo de mercado” é ou não analiticamente coerente, nem se detalhará modos de implantar o socialismo em uma economia de mercado concreta. Muito menos ambicioso, nosso *objeto* de pesquisa se limitará apenas ao *conceito* de mercado presente em algumas obras de A. Smith e K. Marx. O *objetivo* é analisar o papel que esse conceito possui nos sistemas de pensamento desses autores sobre o funcionamento econômico das sociedades modernas. Essa análise será inspirada na *metodologia* de Quentin Skinner (1969) e J. A. G. Pocock (1971) relativa ao significado e compreensão dos conceitos na história das idéias. O *resultado esperado* do trabalho baseia-se na hipótese de que as diferentes posições que o conceito de mercado ocupa em seus sistemas está relacionado ao seu escopo: defenderemos a hipótese, seguindo Otteson (2002), de que em Smith “mercado” denota um *princípio geral* de troca especificamente social que envolve não apenas (nem fundamentalmente) a troca de objetos – as mercadorias – mas também a troca de sentimentos e idéias, por meio de signos verbais. Em contrapartida, “mercado” em Marx denota um *mecanismo menos geral* (posto que centrado principalmente na troca de mercadorias) que funciona como *locus* dialético onde é possível ao capital trocar equivalentes na aparência (dinheiro em sua determinação de meio de troca permutado por trabalho) e não-equivalentes

---

<sup>2</sup> Dentro do marco sugerido por Albuquerque (2012), a partir das discussões iniciadas em 1991.

na essência (dinheiro como capital trocado pela *força* de trabalho). Conseqüentemente, em Marx o mercado enquanto mecanismo permite o ocultamento dessa desigualdade essencial ao apresentar empiricamente a igualdade da troca entre sujeitos de direito.

O artigo se estruturará em uma segunda seção metodológica, onde explicaremos por que e de que modo Skinner e Pocock poderão nos ajudar a dissecar o conceito de mercado em Smith e Marx. Será necessário explicar ainda o que entendemos por “conceito” e separá-lo do simples uso do termo (ou nome) “mercado”. Também é necessário apontar como entendemos a ideia de “sistema” nesses autores, bem como delimitamos as partes de suas obras que podem corroborar nossa hipótese. Feito este trabalho de base, a terceira seção versará especificamente sobre o conceito de mercado em Smith, enquanto a quarta versará sobre o mesmo conceito em Marx. Por fim, a quinta e última seção procurará fazer uma comparação tentativa entre o conceito nesses dois autores, tentando mostrar se e como eles poderiam estar relacionados.

Se realizado a contento, este trabalho poderá ser futuramente complementado com o conceito de “socialismo” (em Marx e demais autores), visando clarificar eventuais discussões sobre a interseção não apenas entre os conceitos de socialismo e mercado, mas também como tais conceitos podem nos auxiliar a compreender e atuar na realidade social e econômica.

## **2. Skinner, Pocock e a nova escola de história contextual de Cambridge**

Embora nosso objeto de estudo já tenha sido bastante reduzido, a vastidão e complexidade da obra de nossos autores ainda coloca a consecução de nosso objetivo em risco. Uma análise superficial aponta que a palavra “market” aparece mais de 600 vezes na 5ª edição de *The Wealth of Nations* e “Markt” mais de 200 vezes apenas no volume 1 da 4ª edição de *Das Kapital* – sem levar em conta termos similares que ora apontam para o conceito de mercado (como *exchange* ou *zirkulationprozess*). Essa verificação empírica do termo nas principais obras dos autores estudados sugere que o conceito por trás do termo pode ser relevante.

Contudo, uma leitura ainda superficial do contexto em que as palavras “mercado” aparece no textos revela que, tanto em Smith quanto em Marx, trata-se de referências primordialmente a mercados concretos (como por exemplo, quando Smith menciona uma “ordinary market town” ou “the extent of the market” ou Marx menciona o “Weltmarkt”<sup>3</sup>). Ou seja, se realizássemos uma análise semântica e fôssemos nos pautar sobre a intensão do termo “mercado” a partir dos exemplos apontados por Marx e Smith chegaríamos não às

---

<sup>3</sup> Tais expressões aparecem no cap. 3 do livro I da “Riqueza das Nações” (RN) e na Introdução à 3ª Edição do “Capital”.

características essenciais do mercado nesses autores, mas apenas a características de mercados empíricos (que podem ser comuns, extensos e chegar até o mercado mundial). Poderíamos então verificar a extensão do termo “mercado” em Smith e Marx, mas não chegaríamos propriamente ao seu *conceito*.

Deste modo, uma abordagem semântica que verificasse o uso do termo “mercado” em nossos autores provavelmente não nos conduziria à compreensão de seu conceito. Para chegarmos ao conceito de mercado, precisamos entendê-lo de forma não empírica, mas abstrata. Em outras palavras, entendemos o conceito aqui como uma abstração que revela características essenciais dos mercados empíricos. Quando Smith e Marx falam de “mercados” em suas grandes obras econômicas, eles normalmente não apontam diretamente para seu conceito, de modo que temos que descobrir outro modo de atingi-lo.

A sugestão que adotamos para chegar ao conceito de “mercado” em nossos autores vem da chamada nova escola de história conceitual de Cambridge, em especial nos nomes de Quentin Skinner e J. G. A. Pocock. Suas obras dos anos 1970 inauguraram um novo modo de realizar a história das ideias que fugisse do que Skinner (1969, pt. II) denomina “mitologias” na historiografia das ideias: a mitologia das doutrinas, da coerência, da prolepse e do paroquialismo. Segundo o historiador britânico, tais mitologias teriam servido para traçar uma continuidade não convincente entre ideias geradas em um contexto histórico passado e as idéias atuais. Em linhas gerais, podemos afirmar que a primeira mitologia consistiria em colocar autores distintos em uma mesma linhagem de pensamento, como desenvolvendo ou criticando uma mesma doutrina tomada *a priori*, com o fito de sistematizá-la em uma totalidade de ideias coerente. A mitologia da coerência consistiria nessa sistematização que termina por separar textos clássicos (com grande poder desta sistematização *a priori*) de textos não clássicos (com pouco poder de sistematização). A mitologia da prolepse, por sua vez, consiste em não observar a necessária assimetria entre a significância que o historiador das ideias atribui a uma ação ou declaração do passado e o significado pretendido *pelo próprio autor* da ação ou declaração no passado -- em outras palavras, uma declaração feita por um autor passado (e tida por um historiador das ideias como altamente relevante *hoje*) pode não necessariamente ter sido considerada significativa *à época* pelo autor. Por fim, e relacionada à terceira mitologia, a mitologia do paroquialismo consiste em assumir como familiares conceitos que o historiador das ideias encontra em um autor do passado, fazendo crer que há uma continuidade imediata entre conceitos passados e atuais.

Na leitura proposta neste trabalho, tentaremos afastar essas quatro mitologias identificadas por Skinner na história do pensamento econômico. Quando se menciona Smith e Marx na história do pensamento econômico, não é incomum interpretá-los como utilizando versões (ainda que distintas) de uma mesma doutrina cujo centro estaria em uma teoria do valor baseada no trabalho. Assim, apesar de eventuais diferenças, poderíamos identificar a linha que leva de Smith a Marx (passando por Ricardo e Malthus) como um conjunto coerente de diferentes teorias do valor-trabalho, cujo ápice se encontraria em Marx<sup>4</sup>. Defenderemos aqui a hipótese de que este não pode ser o caso, haja vista que a preocupação central de Smith em sua economia política (ao contrário do que posteriormente entenderam Ricardo e Marx) *não estava centrada na formulação de uma teoria do valor*. Desta forma, provavelmente há uma prolepse tanto de Ricardo quanto de Marx quando veem em Smith basicamente um antecessor da economia política que começava no século XIX a se compreender como uma ciência baseada na teoria do valor-trabalho. Em suma, os conceitos que compõem o sistema de Smith não podem, em princípio, ser diretamente comparados com os conceitos que compõem o sistema de Marx.

Dadas todas essas mitologias, Skinner propõe realizar uma história das ideias que consiga reconstruir as intenções (ou significado pretendido) do autor do texto, e fazer isso situando-as dentro do contexto externo e das convenções linguísticas em que o autor as expressou. Antes de mais nada, o historiador das ideias deveria compreender como (e com que força pretendida) o autor do passado buscou intervir nos debates intelectuais de sua época, através de seu texto. No entanto, imediatamente devemos advertir: quando se fala de “intenções”, Skinner não se refere às intenções subjetivas do autor (às quais evidentemente não temos acesso), mas aos sinais dos argumentos do autor passado que podem ser identificados na materialidade do texto (como termos usados, formas de argumentação, citações e referências a outros autores etc.). É com o estudo do contexto e convenções onde argumentos e debates estavam sendo travados na época que poderemos identificar em quais movimentos e contramovimentos no debate de ideais o autor buscou intervir. Essa importância do contexto para entender a capacidade de intervenção do texto é o que separa a abordagem da escola de Cambridge de uma abordagem

---

<sup>4</sup> Não falamos aqui de um conjunto de diferentes *teorias coerentes*, mas de *conjunto coerente* de diferentes teorias: cada uma das teorias possuía, sem dúvida, inconsistências internas. Em seu *Teorias da Mais-Valia*, Marx tenta escrever uma história do pensamento econômico para mostrar de que modo a teoria do valor de seus predecessores poderia ser sistematizada em uma totalidade coerente de ideias sobre economia política identificando exatamente as incoerências internas (isto é, realizando uma crítica imanente) de cada uma das teorias precedentes.

puramente retórica, como se estuda em economia já há mais de 30 anos, com McCloskey (1985) e Arida (1983).

Pode-se, entretanto, levantar duas objeções à nossa abordagem: primeiro, que ao enfatizar de tal modo a descontinuidade entre autores, Skinner não nos ajudaria a dar conta da própria comparação entre Smith e Marx que pretendemos ao menos tentar<sup>5</sup>. Em termos kuhnianos, estaríamos lidando com uma incomensurabilidade radical entre nossos autores. A segunda objeção é de que tais autores tratam especificamente da história das ideias políticas, e não da história do pensamento econômico. Por isso, suas críticas à historiografia do pensamento econômico não necessariamente seriam aplicáveis.

Respondemos à primeira objeção com a contribuição de Pocock à historiografia de Cambridge. Esse autor visa justamente estudar o que acontece com conceitos quando eles são retirados de uma determinada tradição e aplicados em outro contexto -- seu caso específico é o conceito de “republicanismo” quando aplicado em três lugares e épocas distintos -- Florença (século XVI), Inglaterra (século XVII) e EUA (século XVIII). Mais uma vez vemos como essa abordagem ultrapassa a retórica, pois o modo como o texto podem ser usado para intervir em debates públicos muda com o contexto. É dentro dessa linha que pretendemos mostrar como o conceito de “mercado” muda da tradição do iluminismo escocês de Smith para a Alemanha conservadora e ainda influenciada por Hegel onde se encontrava Marx.

Quanto à aplicabilidade da historiografia de Cambridge ao pensamento econômico, podemos contrapor duas respostas: em primeiro lugar, nossos dois autores abertamente tentaram intervir no debate econômico público de suas épocas. Nenhum deles era o que poderíamos hoje denominar de teórico da “economia pura ou abstrata”<sup>6</sup>, exclusivamente interessado na formalização de algum aspecto de uma teoria econômica pura. O papel de Smith nas discussões do parlamento britânico (e a discussão sobre as colônias no livro IV de *Riqueza das Nações* – daqui em diante, RN) nos três anos que antecederam a Revolução Americana, bem como seu trabalho como comissário-chefe da alfândega escocesa (*Scottish Commissioner of Customs and the Salt Duties*) a partir de 1777 e até sua morte em 1790 atestam esse desejo de participação e atuação no debate público. Com Marx o desejo de intervenção no debate público corre o risco de ser ainda mais evidente, dada sua participação na formação da Liga

---

<sup>5</sup> Skinner menciona na seção V de seu artigo de 1969 que seria um erro até mesmo tentar escrever histórias das ideias traçando a morfologia de um conceito no tempo. (“to write histories of ideas tracing the morphology of a given concept over time” (1969:48).

<sup>6</sup> Silveira (1999).

dos Comunistas, em jornais e em diversos debates tanto de cunho teórico quanto prático (veja-se os dez pontos no final do *Manifesto Comunista* ou a *Crítica ao Programa de Gotha*, por exemplo).

Em segundo lugar, felizmente a história do pensamento econômico tem realçado nos últimos anos pesquisas que levem em conta esse aspecto de intervenção no debate público do discurso econômico. Tomando por base a epistemologia francesa da segunda metade do século passado, Thomas Stapleford (2017)<sup>7</sup> sugere interpretar a economia (*economics*) como uma prática social de intervenção na realidade socioeconômica. Ora, tal visão contemporânea vai ao encontro da idéia de Skinner e de Pocock de que a *economics* seria uma ferramenta de atuação na realidade socioeconômica concreta. Portanto, estudar o modo como autores do passado tentaram argumentar e intervir nos debates e alterar algum aspecto da realidade socioeconômica seria, sim, um trabalho relevante não apenas para historiadores das idéias políticas, mas também historiadores do pensamento econômico.

### **3. Adam Smith e o mercado como princípio filosófico regulador**

Propusemos na seção anterior a hipótese de que não é adequado historiograficamente identificar a linha que leva de Smith a Marx como um conjunto coerente de diferentes teorias do valor-trabalho que representariam mais ou menos bem a realidade econômica. Não se trata com isso de afirmar que não há nenhuma teoria do valor em Smith, nem que Marx não tenha de fato realizado uma crítica imanente à teoria de Smith. Negar tais fatos seria negar o óbvio que transparece nos textos desses autores: no capítulo 5 do livro da RN, Smith explicitamente trata da medida real do valor de troca, identificando-a com o trabalho; no capítulo III de *Teorias da Mais-Valia*, Marx analisa e critica a teoria do valor de Smith, refutando-a (junto com a teoria de Ricardo) como teoria do preço de custo no capítulo X do mesmo livro.

Evidentemente não há como negar a existência dos textos acima. Nossa crítica baseada em Skinner não procura negar tal relação entre os textos, mas reposicioná-la: em primeiro lugar, cabe perguntar qual seria a centralidade da teoria do valor trabalho no sistema filosófico geral de Smith e como outros autores compreenderam esta centralidade. Para poder responder a estas questões, temos que nos perguntar primeiramente qual seria o contexto institucional e o

---

<sup>7</sup> O artigo *Historical Epistemology and the History of Economics: Views Through the Lens of Practice* ganhou o prêmio Warren Samuels da revista *Research in the History of Economic Thought and Methodology* em 2017.



contexto sociocultural amplo (ver Pinto 1995) em que a obra de Smith foi gerada. Só então poderemos entender as convenções e formas de argumentação que Smith usa para montar seu sistema de pensamento e de nele defender o papel do mercado.

### **3.1 Contextos sociocultural amplo e institucional: o início da revolução industrial e o iluminismo escocês**

Em linhas gerais, podemos observar na Europa Ocidental dos oitocentos quatro grandes tendências que constituíram precondições para que o pensamento de Smith pudesse florescer: a centralidade no comércio mundial assumida pela Inglaterra após as guerras coloniais que ocorreram entre França, Inglaterra e Espanha (principalmente a guerra dos Sete Anos), o crescimento demográfico, inovações técnicas durante as décadas de 1760 e 1770 (como o motor a vapor de Watt, a máquina fiadora (*spinning-jenny*) de Hargreaves e a fiadora movida a água (*water-frame*) de Arkwright) assim como o espraiamento dos diversos iluminismos pela Europa Ocidental, tendo por epicentro a França e o projeto da *Enciclopédia* de Diderot e D’Alembert <sup>8</sup>.

Aproximando-nos de Smith, a união do parlamento escocês com o britânico em 1707, apesar das dificuldades políticas iniciais, começou a resultar em um crescimento acelerado da economia escocesa por volta do meio do século (resultante também da proeminência da Inglaterra no comércio internacional após as guerras coloniais), associado a um aumento igualmente acelerado da população das duas principais metrópoles do país – Glasgow e Edimburgo. Dentro desse contexto, problemas com o aumento do déficit público devido às guerras coloniais<sup>9</sup> e problemas sociais decorrentes do aumento da população e desarticulação da economia feudal (a “carência em meio a abundância”) não se mostravam tratáveis com o conjuntos de leis desenvolvidos a partir do século XVI.<sup>10</sup> Tais problemas apareciam na Escócia de forma muito particular: enquanto nas *lowlands* onde se situavam as cidades de Edimburgo e de Glasgow poder-se-ia acompanhar as rápidas mutações e o progresso na economia da região (bem como do norte da Inglaterra), nas *highlands* do norte escocês, o progresso mal chegara. Isso significava que havia ainda nessas regiões longínquas populações que viviam como há séculos, basicamente à base de pastoreio e agricultura. Como veremos, esse contraste

<sup>8</sup> Ver Screpanti e Zamagni (2005: 54-5).

<sup>9</sup> Ver Wright (1999).

<sup>10</sup> A saber: O Estatuto dos Pobres (1536) e dos artífices (1563); a “velha lei dos pobres” (“Old Poor Law” – 1601) e o Ato de Domicílio (1662) se mostravam incapazes de lidar com o aumento da pobreza resultante da desarticulação da economia feudal. Segundo a análise de Polanyi (2000, cap. 7), a “lei dos abonos” (“Speenhamland”, de 1795), foi a última tentativa de proteção a um setor rural decadente, de modo a impedir o êxodo contínuo da mão de obra do campo e garantir um patamar mínimo de sobrevivência aos camponeses.

apresentado à inteligência escocesa no século XVIII vai impactar na concepção histórica em estágios progressivos que seus literatos têm do desenvolvimento da humanidade.

A esfera pública escocesa – composta de um entrelaçamento de instituições jurídicas, eclesiásticas, acadêmicas e da *gentry* – materializava-se em “clubes”, “sociedades” e periódicos (como o *Tatler* e o *Spectator*) onde discussões sobre o tema tipicamente iluminista da melhora (*improvement*) da sociedade ocorria<sup>11</sup>. É dentro deste contexto institucional, portanto, que o fenômeno do Iluminismo vai adquirir feição própria em terras escocesas – e é aí também que encontraremos Adam Smith. O escocês fazia parte das sociedades de debates mais prestigiosas da Escócia, como a *Select* e a *Royal Society of Edinburgh*, além de ser professor de lógica da Universidade de Glasgow (1751) e de filosofia moral no ano seguinte. Tendo por base esses contextos, podemos apresentar agora como Smith desenvolve seu sistema.

### 3.2 O sistema filosófico de Smith

Vimos em nossa breve subseção anterior que Smith, tendo nascido em 1723, vivera em um contexto de rápido crescimento populacional e econômico; desenvolvimento este que, ao mesmo tempo, desestruturava a economia e as relações sociais tradicionais, gerava desequilíbrio político e econômico entre diferentes nações e causava preocupações com relação à trajetória de crescimento das dívidas públicas nacionais.

Se questões de cunho econômico estão presentes na obra de Smith, resta saber como ele as incorporaria em seu pensamento. No ambiente de especialização acadêmico em que vivemos hoje, pode ser difícil compreender como Smith ou Marx dariam conta de explicar a complexidade de fenômenos que possuem um caráter não apenas econômico, mas envolvem questões de ordem política, social e psicológica. Contudo, nossos autores são filósofos, e filósofos modernos – o que significa dizer que procuram compreender o mundo objetivamente em suas diversas interrelações. O fundamento de explicação dessas interrelações não possui nada de religioso, mas apenas as faculdades humanas (como, por exemplo, razão, entendimento, imaginação e sensibilidade). Compreender o mundo objetivamente significa compreendê-lo de modo sistemático, funcional e universal. Em outras palavras, significa compreender certo domínio da realidade como consistindo de partes que se relacionam segundo certas funções, formando uma totalidade (um sistema) universal, ou seja, aplicável a qualquer lugar e época. Nossa questão aqui é descobrir em Smith, enquanto filósofo, qual é o fundamento que permite correlacionar as partes (os indivíduos) do sistema que podemos chamar de

---

<sup>11</sup> Berry (2013: 14-5).

sociedade humana – e verificar se esses sistema pode (ou não) ser universalizável. Quando tratamos do nível de abstração da universalidade, devemos obrigatoriamente tratar de “conceitos” e de “sistemas” – e só então podemos nos perguntar qual é o papel do “mercado” como conceito no sistema de Smith.

### 3.2.1 A simpatia como princípio fundador – ou “Smith, the hedgehog”

Desde a publicação das obras completas de Smith em 1976, ficou claro que o velho *Adam Smith Problem* não poderia mais ser colocado na forma de um conflito entre a simpatia da *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM) e o autointeresse da RN. Tendo influências tão diversas quanto o pensamento ético de Aristóteles e dos estoicos, de seu professor Francis Hutcheson e de seu grande interlocutor, David Hume<sup>12</sup>, Smith buscava, no fundo, descobrir “os elos ocultos de eventos que unem as aparências supostamente desarticuladas da natureza”<sup>13</sup>. A preocupação de Smith de fazer uma fenomenologia da moral humana em sua TSM<sup>14</sup> pode ser interpretada como forma de mostrar que a faculdade humana da simpatia (*sympathy*) era tal elo oculto que poderia explicar a aparência supostamente desarticulada das relações sociais que compõem uma sociedade. A noção de simpatia de Smith é complexa, sendo fruto da incorporação, sistematização e crítica das concepções de simpatia de Edmund Burke e David Hume<sup>15</sup>. Podemos resumir sua compreensão de simpatia com três características: 1. ela envolve a capacidade humana de se colocar no lugar dos outros por meio de outra capacidade, a imaginação; 2. ela deve compreender a *circunstância* onde a ação que será julgada ocorre; e, por fim, deve 3. ser capaz de se distanciar da ação, de modo a adquirir imparcialidade com relação a ela. Esse espectador imaginário da ação é geralmente denominado *espectador imparcial* por Smith. Por sua centralidade, o estudioso Elias Khalil (2006) sugeriu que Smith seria um filósofo do tipo ouriço (*hedgehog*)<sup>16</sup>, ou seja, um tipo de filósofo que procura explicar toda uma complexidade de fenômenos a partir de um só fundamento -- a simpatia (associada à imaginação e à capacidade de distanciamento).

---

<sup>12</sup> Ver a Introdução de Raphael e MacFie à edição definitiva de 1976 da TSM, bem como a recente contribuição de Hanley (2009), sobre a influência de Aristóteles em vários pontos do *corpus* smithiano. Sempre que nos referirmos às obras de Smith, nos referimos à *Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*.

<sup>13</sup> “hidden chains of events which bind together the seemingly disjointed appearances of nature”, como consta na sua “História da Astronomia” (a tradução é nossa).

<sup>14</sup> Fleischhacker 2017.

<sup>15</sup> Goçmen (2009: 9).

<sup>16</sup> Em contraposição aos filósofos do tipo raposa (*fox*) que possuem uma miríade de interesses e tipos de explicação para os fenômenos.

A partir dessa capacidade, Smith sugere, poderíamos explicar a ordem social -- em termos conjecturais, observe-se -- por um processo histórico-evolucionário. Inicialmente, quando observamos uma determinada ação de um indivíduo, nos colocamos em seu lugar, imaginando o motivo que levou tal indivíduo àquela ação específica. Se verificamos que nosso sentimento concorda com o sentimento que motivou a ação do outro indivíduo (corrigindo por alguma parcialidade eventual que possamos ter), aprovamos a ação. No caso de discordância do sentimento do indivíduo julgado, desaprovamos a ação. Aplicando este processo para todas as ações sociais, observamos, em linhas gerais, que as ações resultantes das interações entre indivíduos são julgadas ora como meritórias (isto é, que causam sentimento de gratidão ao espectador) e tendem a receber recompensas; ora como ações demeritórias (que causam ressentimento ao espectador) e tendem a receber punições. Tem-se aí o embrião do que futuramente pode formar um sistema de justiça (considerado o “pilar” da sociedade, para Smith), recompensando as boas ações (aprovadas pelo espectador imparcial) e punindo as más (reprovadas pelo espectador imparcial). Ao mesmo tempo, inicia-se um processo histórico de seleção de ações e sentimentos que passa por quatro estágios e lentamente irá permitir a interação e cooperação sociais em larga escala<sup>17</sup>.

Smith não é ingênuo de supor que esse é um processo linear; ao contrário, como nossa capacidade de “simpatizar” com outros é finita (tendemos antes de mais nada a nos identificar com pessoas próximas, ou seja, formamos “círculos de simpatia” ao nosso redor), frequentemente perdemos a imparcialidade, cometendo erros de julgamento quanto ao mérito e demérito das ações e causando “distorções” no desenvolvimento “natural” das sociedades<sup>18</sup>.

Em linhas gerais, o que ocorre com o correr do tempo é a seleção de certas virtudes básicas -- autocontrole, prudência, justiça e beneficência -- que permitiriam, fôssemos nós criaturas perfeitas, a construção de um verdadeiro “sistema de liberdade natural”. Devido à nossa imperfeição e finitude, contudo, devemos criar instituições para que nos aproximemos tanto quanto possível desse ideal. No livro V da RN, classicamente estas instituições abrangem a

---

<sup>17</sup> É bem conhecida a “teoria dos quatro estágios” de Smith: caça, pastoreio, agricultura e comércio. Em cada um desses estágios, há um desenvolvimento concomitante de um sistema de justiça, de um sistema de propriedade (que permite dividir mais o trabalho) e de sentimentos morais. É um modelo tipicamente iluminista, que pressupõe a possibilidade hipotética de um “natural progress of opulence” na medida em que passamos de um estágio a outro. No livro III da RN bem como em suas Palestras sobre Jurisprudência Smith mostra como esse trajeto hipotético é, na verdade, frequentemente distorcido na história concreta.

<sup>18</sup> O termo “natural” é polissêmico em Smith. Puro (1992) identifica nove significados diferentes do termo apenas na RN. Seguimos Pack (2015) neste texto, entendendo “natural” em sentido aristotélico (como o próprio Smith sugere na “História da Astronomia”), ou seja, natural como não-violento. O termo “natural” em Smith, portanto, não se opõe nem a “sobrenatural”, nem a “artificial”, nem a “social”.

justiça, a defesa (externa e interna), além de obras públicas e outras instituições de apoio à educação básica e cultura para toda a população.

Em suma: partindo do conceito central de simpatia, podemos explicar como se dão os julgamentos que fazemos nas interações humanas e como, a partir dessa simpatia, certas ações e sentimentos vão sendo selecionados. Devido à imperfeição e finitude humanas, devemos “cristalizar” ações meritórias na forma de instituições (como tribunais de justiça) que nos auxiliem a não desviar demais do que seria “natural” para o desenvolvimento da sociedade como um todo. A pergunta que devemos responder agora é como o mercado e as atividades propriamente econômicas entram no esquema de Smith.

### **3.2.2 O mercado como princípio geral de troca**

Ora, se é verdade que a simpatia é o princípio fundamental que explica a ordem social, cabe-nos perguntar onde entra o mercado nessa ordem. Otteson (2002, cap. 7) propõe uma compreensão do sistema de pensamento de Smith que permite entender o “mercado” como um sistema geral de trocas de sentimentos, ideias (através das palavras) e, claro, objetos -- as mercadorias. Este argumento encontra ressonância com a proposta anterior de Rosanvallon (2002) de que em Smith, “mercado” é antes um princípio filosófico que uma instituição concreta. O argumento de Otteson baseia-se não apenas no sistema de “trocas de sentimentos” via simpatia da TSM, nem da troca de mercadorias em um “sistema de liberdade natural” da RN, mas também do fato de que Smith era um professor de retórica e que dispomos, hoje, de conjuntos de notas das aulas de Smith sobre retórica e belas-lettras. Quando unimos todo esse material buscando os “elos ocultos” dos fenômenos sociais, podemos descobrir que Smith está tratando, no fundo, de um mesmo princípio geral para explicar como funciona o comportamento humano em sociedade.

Em nenhum momento do item anterior falamos diretamente de mercado, mas apenas da importância da simpatia. Seguindo a interpretação de Otteson, podemos entender a simpatia como princípio básico do “modelo de mercado”. Em outras palavras: a simpatia envolve uma capacidade específica dos seres humanos, qual seja, a capacidade de “trocar de lugar” sentimentalmente com outros, através da imaginação. Como já mencionamos na Introdução deste artigo, esta capacidade não está direta e empiricamente relacionada à troca de objetos. Quando Smith discorre sobre a divisão do trabalho, logo no início da RN, como tendo surgido talvez da “propensão à troca” ou talvez -- “como parece mais provável” -- do nosso dom da fala, ele já nos dá uma pista: o fato de falar (trocar palavras e ideias) é *primeiro* em relação à

troca de objetos; e mesmo que não o seja, a divisão do trabalho segue, de qualquer modo, de certa “propensão à troca”. Engana-se quem pensa que tal “propensão” refere-se à troca de objetos: esta última é só um caso particular de um princípio mais geral da natureza humana.

É a partir deste modelo geral de troca, portanto, que devemos entender como se desenvolvem as atividades propriamente econômicas -- e não a partir de alguma teoria do valor-trabalho, como pretendia Ricardo. Esta deve aparecer como *consequência* da capacidade humana de “simpatizar” com sentimentos de outros e do desenvolvimento que esse processo de “simpatização” encerra no desenrolar da história. Hoje em dia possuímos acesso a três grupos de notas de estudantes de Smith sobre jurisprudência -- sobre partes, portanto, do “sistema de jurisprudência natural” que Smith gostaria de ter completado, mas não o fez.<sup>19</sup> A partir delas, é possível compreender como Smith pretendia dar cabo da relação entre sua ética e sua economia política. Graças aos trabalhos de sistematização de Haakonssen (1989) e Young (1995), podemos descrever em grandes linhas como se dá essa passagem entre ética, jurisprudência e economia.

Já mencionamos que a relação entre ética e jurisprudência se dá via sentimentos de gratidão e ressentimento, que nos indicam ações meritórias e demeritórias e que, por sua vez, funcionam como a semente de um sistema de justiça. A ligação com a economia se dá por três vias: primeiro, pela parte do sistema de justiça que trata dos direitos do ser humano com relação à propriedade (*estate*); depois, como do desenvolvimento de uma estrutura de classes na sociedade; e, finalmente, da possibilidade de o espectador imparcial “simpatizar” com o sentimento de autointeresse.

Embora não fique claro na TSM e nem na RN, Smith em suas palestras sobre jurisprudência deixa claro que seu interesse é estudar a evolução *histórica e conjunta* do sistema de propriedade, as classes (*ranks*) que compõem a sociedade e a aprovação ou não do espectador imparcial sobre as ações dos agentes nesta evolução. Não temos como desenvolver neste trabalho uma explicação exaustiva de como se dá esse processo. Contudo, é importante considerar que a propriedade é mantida porque sua violação por parte de outrem é considerada um dano e causa ressentimento no espectador. No estágio mais rude de sociedade (da caça), a propriedade é compreendida simplesmente como posse de algo, como um animal caçado ou sementes apanhadas do chão (é a *occupation*, na terminologia de Smith). Ora, tomar o objeto de outrem causa dano e ressentimento do espectador, que desaprova a ação, iniciando-se então

---

<sup>19</sup> São as “Lectures on Jurisprudence: Report of 1763-4” (normalmente denominada LJ (A) e as “Lectures on Jurisprudence: Report of 1766” (normalmente denominada LJ (B), além das “Anderson Notes” (incompletas).

um processo de justiça (para reparar danos) e proteção da propriedade. A propriedade vai mudando durante os estágios da história, passando da pura posse dos animais, aos produtos que se pode retirar deles (como o leite ou o couro da vaca) até o solo em que eles pastam, chegando no estágio de agricultura<sup>20</sup>. Devido ao viés de parcialidade de nosso espectador, que tende a admirar os ricos e poderosos em detrimento das pessoas de poucas condições<sup>21</sup>, a desigualdade não apenas tende a crescer, mas a ser sancionada e cristalizada com o progresso das sociedades, como já observara Rousseau em 1755, no seu *Segundo Discurso*.

Quando se chega à RN, evidentemente o sistema de classes, de propriedade privada e autointeresse das sociedades comerciais são dados como já desenvolvidos -- provavelmente apenas os alunos de Smith acompanharam o longo processo histórico até chegar a esse sistema. No entanto, a base filosófica continua válida: o autointeresse se desenvolve como um sentimento aprovado pelo espectador imparcial em sociedades estendidas<sup>22</sup>. Nessas sociedades, onde nos achamos entre desconhecidos a maior parte do tempo, é inviável esperar melhorar de condição puramente com base na benevolência alheia -- “só um mendigo escolhe viver assim”, nos lembra Smith na RN.

É só nesse contexto que a teoria do valor-trabalho pode vigorar. Ela pode aparecer apenas quando, depois de uma longa evolução histórica, o autointeresse, a propriedade privada e uma estrutura de classes está bem estabelecida. Nesta situação, o espectador imparcial aprova e se identifica com o “esforço e incômodo” (o “toil and trouble” da RN) ou o “tempo e dor” (“time and pain” nas *Palestras sobre Jurisprudência*), necessários para alguém sobreviver do trabalho. Somente nesta condição podemos ter efetivamente uma teoria do valor trabalho, tal como Smith a entende. Somente porque há acumulação de estoque de capital e autointeresse em fazer aumentar esse estoque para melhorar de condições pode-se também justificar a existência de lucros. Quanto à renda da terra, parte dela ainda se sustenta pela disposição em admirar os ricos e nobres -- um resquício feudal que Smith parece desaprovar.<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> Como podemos perceber, Smith possui uma concepção histórica evolutiva tanto da propriedade quanto das classes sociais. Essas questões são trabalhadas mais profundamente nas *Palestras sobre Jurisprudência*.

<sup>21</sup> É o tema do capítulo 3 do livro I da TSM. A teoria da origem das classes dentro da tradição escocesa remonta ao livro de John Millar (1771), “The Origin of the Distinction of Ranks”.

<sup>22</sup> Não se deve confundir o autointeresse smithiano com egoísmo puro e simples, pois o primeiro envolve a virtude do autocontrole aplicado à paixão mais básica da autopreservação (vinda da filosofia estoica). A união dessas duas virtudes nos fornece a virtude da prudência (*prudence*). O autocontrole garante obediência à justiça e o instinto de autopreservação garante uma constância no desejo de melhorar de vida. Nada disso exclui o altruísmo, nem envolve necessariamente desejo ilimitado de acumulação.

<sup>23</sup> Não é nosso objetivo nos aprofundar nos problemas da determinação de lucros, renda da terra e salários em Smith, mas vale apontar, seguindo o objetivo do nosso trabalho, que eles dependem de princípios de simpatia e aprovação do espectador, que defendemos ser o cerne do sistema de Smith.

Se nossa argumentação for convincente, olhar o sistema de Smith como um todo envolve compreender que a economia política e sua teoria do valor constituem apenas uma parte dele: a parte que assume o autointeresse, propriedade privada e uma certa estrutura de classe como resultantes de um desenvolvimento histórico-evolucionário baseado em um “modelo de mercado” que se inicia com a troca de sentimentos via simpatia e termina no “sistema de liberdade natural” da RN. Não é à toa que Smith trabalhava, meses antes de morrer, não em alguma correção sobre sua teoria do valor (que ele mesmo considerara “abstrata” e “obscura”), mas no livro VI da TSM, buscando identificar aquele conjunto de virtudes que poderia garantir o funcionamento adequado de uma sociedade boa.

Passemos agora a Marx e sua concepção de mercado. Com Marx, poderemos perceber como o conceito de mercado muda e como ele está especificamente atrelado ao conceito de capital. Ao mesmo tempo, podemos comparar sua posição com a de Smith e verificar em que medida elas poderiam se comunicar.

#### **4. Marx e o mercado como presa do capital**

Se em Smith os inimigos eram as políticas mercantilistas “distorcidas” aplicadas pela Inglaterra, principalmente durante o século XVIII -- e às quais Smith contrapunha o modelo do “sistema de liberdade natural” -- o caso com Marx é distinto. As primeiras décadas do século XIX viram o novo sistema que surgira na Inglaterra se espalhar aos poucos por toda a Europa Ocidental, pelos EUA e posteriormente Japão e Alemanha, criando novas formas de produzir (a “grande indústria”, que Marx investiga no capítulo 15 do Volume 1 de *O Capital*). Concomitantemente, as desigualdades que já podiam ser detectadas desde o século XVIII nas e entre as sociedades comerciais mais avançadas da Europa Ocidental acentuavam-se. Se o “sistema natural” de Smith parecia descrever empresas que hoje consideraríamos pequenas ou médias (o exemplo de sua fábrica de alfinetes contava apenas 10 trabalhadores), em meados do século XIX a situação era distinta<sup>24</sup>. Desta feita, precisamos compreender igualmente os contextos sociocultural amplo e institucional que foram precondições para Marx elaborar seu sistema.

##### **4.1 Contextos sociocultural amplo e institucional: a Restauração do Congresso de Viena (1815), a expansão da economia industrial, os movimentos socialistas e...Hegel**

---

<sup>24</sup> Cf. o trabalho de Engels, publicado em 1845 sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra.



As grandes tendências do século XVIII apontavam para um período de mudanças radicais na economia e na política que vieram a ocorrer no último quarto daquele século. Smith tentou não só explicá-las mas também intervir em seu curso. No caso de Marx (nascido 95 anos depois de Smith), a situação em parte dava sequência àquelas tendências: apesar do receio de superpopulação e escassez de alimentos, seguiu-se um aumento acelerado da população europeia ocidental e a Inglaterra consolidou sua posição como centro econômico-financeiro mundial. Do ponto de vista político, o resultado das guerras napoleônicas foram a restauração parcial da velha ordem no Congresso de Viena (1815), o fortalecimento dos nacionalismos durante o século XIX, bem como a contenção -- normalmente pela força -- de movimentos que procuravam radicalizar os preceitos da Revolução Francesa. Ainda do ponto de vista econômico, a Inglaterra abrigou no início do século XIX medidas econômicas (o *Restriction Act* (de 1797) e o *Bank Charter Act* (de 1844)) e debates relativos à teoria monetária entre bulionistas (Ricardo, Thornton) e antibulionistas (Pitt, Torrens, Bosanquet e Malthus) sobre a conversibilidade da libra esterlina em ouro. Embora não sejam nosso foco, tais medidas e debates nos interessam na medida em que põem em cena duas questões que serão caras a Marx: o papel da moeda enquanto representante universal da riqueza, as crises do capital e os limites de aplicabilidade da própria economia política enquanto saber que se pretendia científico. Finalmente, no campo social, o crescimento das populações, a desestruturação das economias tradicionais e a crescente pauperização deu sequência a uma crescente onda de movimentos de trabalhadores entre 1808 e 1840. A violência crescente contra esses movimentos culminou nas revoltas dos anos de 1840 espalhadas pela Europa Ocidental. Nasceram os primeiros movimentos socialistas modernos<sup>25</sup>.

Quanto ao contexto institucional, deve-se observar que a Alemanha de Marx (ainda não unificada em sua juventude) havia sofrido um processo de reorganização conservadora de suas instituições com a subida ao trono da Prússia de Frederico Guilherme IV em 1840. Buscando conter as contradições do processo de modernização -- e coerente com a restauração instaurada por Viena em 1815 -- o novo rei propôs abertamente uma “volta ao passado” crítica ao que percebia como exageros dos filósofos ilustrados e focando na tradição e organicidade do povo pela valorização de seu “espírito” (o *Volksgeist*, como os românticos alemães denominaram). No seio deste processo, estava a reorientação da educação superior na Prússia, com a troca do Ministro da Instrução (sai o “ilustrado” Altenstein e entra o pietista Eichhorn) e o afastamento de professores hegelianos das universidades<sup>26</sup>. Tal movimento reacionário ocorreu no exato

---

<sup>25</sup> Screpanti e Zamagni (2005, cap. 4).

<sup>26</sup> Enderle (2005: 111).

momento em que Marx saía da Universidade de Jena (1841) com o título de doutor em filosofia e um currículo que o aproximava ao mesmo tempo do pensamento materialista de Epicuro e Demócrito, de Hegel (via grupo dos jovens hegelianos), além da economia política, a partir de 1843.

Com as lutas de classe tornando-se mais agudas nos anos 1840, Marx entra com mais ênfase nos debates acerca das questões sociais e econômicas: primeiramente como editor e publicista da *Gazeta Renana* (em 1842; ela foi fechada no ano seguinte pela censura de Frederico Guilherme IV) e posteriormente no momento em que a Liga dos Justos se torna a Liga dos Comunistas, em 1847. Neste momento, todas as precondições para o desenvolvimento posterior do pensamento de Marx já estavam absorvidas para um processo de amadurecimento que levaria 20 anos até a publicação do Volume I do clássico *O Capital*.

#### **4.2. Marx e o mercado: como abordar a questão?**

Enquanto Smith entregou às chamas, semanas antes de morrer em 1790, um enorme volume de manuscritos, Marx conservou uma imensa quantidade deles em relativo bom estado. Como resultado, temos uma imensa quantidade de material que podemos associar ao nome “Marx” -- o que, por certo, também nos traz uma série de problemas.<sup>27</sup> De modo geral, essa abundância de textos -- e seu caráter por vezes provocador -- produz uma série de divergências sobre o que Marx de fato quis dizer ou sobre a importância relativa de um texto (ou uma versão de um texto) sobre outro. Utilizando a metodologia de Skinner, tentaremos contornar tais problemas não tentando desvelar o que Marx de fato pensou (o que é impossível), mas usando uma pequena amostra de textos onde podemos identificar concretamente os modos como o conceito de mercado entrava em seu sistema e como ele buscava intervir na discussão sobre o papel do mercado nas sociedades modernas. Para limitarmos nosso objeto neste artigo, escolhemos materiais de quatro textos: “Trabalho estranhado e Propriedade Privada”, dos *Manuscritos de Paris*; as seções I e II do primeiro capítulo de *A Ideologia Alemã*; A Introdução, o texto sobre o proudhoniano francês Alfred Darimon e a seção sobre a “transformação do dinheiro em capital”, dos *Grundrisse*; além, naturalmente, do capítulo sobre a mercadoria em *O Capital*. Estamos cientes de que o material escolhido não exaure o assunto, mas cremos que

---

<sup>27</sup> Por exemplo, alguns textos (*A Ideologia Alemã* é um caso a se apontar) possuem caligrafia não só de Marx, mas também de Engels e de outros (como Moses Hess, por exemplo); não sabemos as circunstâncias em que os textos foram escritos e sua importância para o próprio Marx; problemas de organização nos diversos manuscritos de um mesmo texto, falta de páginas em manuscritos entre outros.

nos fornece indicações pertinentes sobre as intenções de Marx (no sentido de Skinner) de aplicar o conceito de mercado em sua argumentação em geral sobre o capital.

#### **4.2.1 Modo de produção como princípio básico e as relações de produção como *Verkehrsformen* (formas de troca)**

Em Smith identificamos a simpatia como fundamento que poderia explicar a ordem social (inclusive a ordem social moderna, por meio da aprovação do autointeresse). Haveria algo parecido em Marx? Polêmicas à parte, cremos que o conceito de “modo de produção”, apresentado logo no primeiro capítulo de *A Ideologia Alemã*, cumpre esse papel. Para nosso objetivo, convém observar que o modo de produção engloba tanto as forças produtivas (que une os meios de produção -- trabalho, ferramentas e insumos) quanto as relações que as pessoas estabelecem entre si com a finalidade de produzir os meios de vida necessários à reprodução da própria vida social. Este seria o “marco zero” da análise de Marx, e o processo tenso e dinâmico de luta entre as forças produtivas e as relações de produção em diversos períodos da história ocupará boa parte de seu esforço intelectual<sup>28</sup>. Podemos perceber aqui como tal abordagem não seria estranha a Smith e seus colegas da Escola Histórica Escocesa -- William Roberston, por exemplo, havia cunhado a expressão “modo de subsistência” e posto como base do pensamento social a necessidade de comer e beber dos seres humanos em sociedade, seguindo Mandeville.<sup>29</sup>

Enquanto as relações sociais na tradição escocesa poderiam ser compreendidas pelo princípio de simpatia associado a sentimentos morais, tal ideia não se encontra em Marx. Acreditamos ser importante sublinhar, contudo, que as relações sociais (por vezes denominadas *Verkehrsformen*) fazem também parte do modo de produção. Acentuamos o uso do vocábulo *Verkehr* (que em alemão significa tráfego, mas também comércio e interação), para deixar claro tanto que a ideia de troca é central em Marx quanto que não seria possível fazer uma separação rígida entre uma “base econômica” exclusivamente produtiva e uma “superestrutura jurídica” que coordenaria as relações entre as pessoas. Cremos ser coerente interpretar a ligação entre as forças produtivas e as relações de produção de modo dialético de constituição mútua, como esclareceremos nos próximos parágrafos.

---

<sup>28</sup> A tentativa de estabelecer diferentes modos de produção na história aparece na própria *Ideologia Alemã*, mas também nos *Grundrisse* e no *Prefácio de Contribuição à Crítica da Economia Política*.

<sup>29</sup> Rosanvallon (2002, cap. 2). Robertson (1721-1793), autor de *História da América* (1777), foi um importante historiador da segunda metade do século XVIII e *Principal* da Universidade de Edimburgo.

Se Smith pudesse ler Marx, ele possivelmente consideraria tais “relações de produção” dentro de seu “modelo de mercado”. Caberia verificar em que medida tais relações poderiam se solidificar em um sistema de instituições que teriam por fundamento a aprovação de espectadores. Em Marx, por sua vez, podemos usar o capítulo introdutório no caderno M dos *Grundrisse* como indicação do modo como ele procurava compreender “a relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo” dentro de um arcabouço hegeliano onde a produção ocuparia o lugar do *universal*, a troca (e a circulação como momento determinado dela) o lugar do *particular* e o consumo o lugar do *singular*. Marx observa que a produção deve ser entendida como realizada por indivíduos em sociedade<sup>30</sup> e que a troca faz sua mediação com o ponto final do consumo, fechando uma totalidade dinâmica que produz e reproduz certa ordem social<sup>31</sup>. O papel da troca nesse esquema é de *mediadora* entre produção e consumo, o que valeria para todos os modos de produção historicamente verificados.

Nas diversas vezes que Marx propôs compreender as passagens de um modo de produção a outro, não há sinal de que a mediação entre produção e consumo ocorrida em sociedades primitivas, escravistas, asiáticas ou feudais poderia ser chamada predominantemente de “mercado”. Vemos assim, como já afirmamos na Introdução, que o conceito de mercado em Marx é mais restrito que o de Smith. Nestas sociedades, embora houvesse relações que poderíamos chamar mercantis, a mediação aparece em geral como natural-espontânea (*naturwüchsig*), desprovida de historicidade e de alguma forma atrelada à posição social do trocador. A nós interessa, entretanto, compreender principalmente o papel que Marx dá ao mercado nas modernas sociedades capitalistas. Embora a economia política clássica tenha tendido, segundo Marx, a analisar o mecanismo de mercado ainda como natural-espontâneo, regido por leis de funcionamento anistóricas e desatrelado das posições sociais dos trocadores, esta seria apenas *a aparência* dos fenômenos: o que o capitalismo nos dera *em essência* era um sistema sócio-histórico, regido por legalidades e categorias específicas e cujas relações de troca continuavam a depender crucialmente da posição social de trabalhadores e capitalistas.

---

<sup>30</sup> Marx logo faz uma crítica a Smith e Ricardo sobre seu uso de indivíduos “singulares e isolados”, como caçadores e pescadores. Embora tal crítica possa ser pertinente a Ricardo, ela dificilmente o é em relação a Smith, onde o artifício de falar de pescadores e caçadores é predominantemente didático. Marx desconhecia as *Palestras sobre Jurisprudência* e não possuía o conhecimento que temos hoje sobre a obra de Smith como um todo sistemático, por isso talvez tenha posto Smith junto a Ricardo nesta questão.

<sup>31</sup> Note-se, entretanto, que o consumo ficaria de fora do estudo da economia política, a não ser quando retroagisse sobre a produção. *Grundrisse* (2011: 44-5).

#### 4.2.2 O mercado como produtor de alienação e a inconsciência dessa alienação como forma de produção

Para explicar esse descompasso entre essência e aparência, devemos nos dirigir uma vez mais aos *Manuscritos de Paris* e aos *Grundrisse*. É nos *Manuscritos* que Marx aponta os efeitos deletérios da extensão do sistema de produção capitalista-mercantil sobre os indivíduos: tendo por base a alienação do processo em que as coisas são produzidas, o trabalhador acaba também se alienando não só do produto de seu trabalho, mas das relações em que entra para produzir e, por fim, de si mesmo enquanto parte da espécie humana. Em outras palavras, o trabalhador passa a ser compreendido (e a compreender-se) apenas como meio para a produção de mais-valor e não mais como fim dela. Em outros termos, enquanto ele se torna objeto, o próprio modo de produzir torna-se sujeito -- um sujeito automático que produz sempre mais-valor.

Tal alienação não pode ser compreendida apenas no nível subjetivo individual (como nos *Manuscritos*), mas deve ser concebida também como parte do processo de produção social: produz-se não apenas objetos por meio das forças produtivas, mas também as relações sociais a serem mantidas por meio de ideias, visões de mundo e, claro, de um sistema de legislação. Ou seja, tanto quanto coisas, conceitos também são produções sociais -- daí o perigo de usar o termo “conceito” em Marx, haja vista que ele trata em primeiro lugar de *categorias* que são históricas. Na Introdução dos *Grundrisse* (seção 3), Marx aponta para a metodologia de pesquisa que usa, mostrando que faltava aos economistas do século XVIII não apenas realizarem a tarefa descendente do concreto (trabalhos particulares) para as determinações abstratas (trabalho em geral), mas que a totalidade construída a partir dessas determinações *deve também fazer parte das determinações*. Hegelianamente, o que Marx observa é que os próprios conceitos teóricos fazem parte da realidade social, histórica e econômica e que, portanto, devem ser incluídos entre as abstrações como *categorias sociohistóricas* antes que se perfaça uma totalidade representada<sup>32</sup>. Deste modo, o que em Smith aparece como incapacidade de “simpatizar” com todos de forma idêntica (devido à nossa tendência de julgar enviesadamente aqueles mais próximos), surge em Marx como incapacidade de perceber que nas sociedades modernas os próprios conceitos com que tentamos compreender teoricamente o mundo podem ser parciais, se não os vemos como parte do processo global de produção. É neste momento que surge a ideologia, apresentando como geral e universal algo que, de fato, é

---

<sup>32</sup> Cf. Dussel (2012: 50 e ss.)

histórico<sup>33</sup>. Nos dois casos, todavia, percebemos problemas com a finitude humana e nos dois casos é possível achar uma saída racional e histórica para o problema: em Smith, na medida em que os indivíduos, pela via da educação e do aprimoramento da sensibilidade, consigam “simpatizar” e julgar todos imparcialmente; em Marx, na medida em que as contradições das forças produtivas permitam aos indivíduos se conscientizarem da historicidade das categorias que usam para descrever, engendrar e sustentar a reprodução de suas relações sociais de produção.

#### **4.2.3 A inseparabilidade entre capital e mercado em Marx -- o caso de Darimon e do dinheiro**

É neste ponto, contudo, que os argumentos de Marx e Smith se cindem: enquanto o primeiro veria a generalidade do mecanismo da troca no segundo possivelmente como uma hipostasia não refletida do *conceito* supostamente universal de mercado (que seria antes uma *categoria histórica* própria da época capitalista), o escocês possivelmente retorquiria que o mouro deveria estudar com mais atenção o papel da capacidade humana de se colocar no lugar dos outros e a partir daí julgar situações concretas.

A análise que Marx faz de Darimon no caso de sua proposta socialista de reforma dos bancos nos dá dicas de como Marx poderia responder Smith. Entendido como categoria histórica que não deve se confundir com conceito geral, o mercado deve ser entendido como parte de uma totalidade que produz determinados tipos de produtos (as mercadorias, por suposto), um determinado tipo de alienação individual, uma determinada estrutura de classes e uma determinada (super)estrutura jurídica. Ora, critica Marx, tentar modificar a estrutura da sociedade alterando a legislação e a esfera da circulação é não perceber que “a circulação é mediação de extremos pressupostos (...) *a circulação é o fenômeno de um processo transcorrendo por trás dela*”, para citar um trecho famoso dos *Grundrisse* (os itálicos são de Marx). Ora, o que está pressuposto na circulação é justamente a universalidade da produção -- afinal, de um ponto de vista lógico, para que algo possa ser trocado precisa ter sido produzido algo antes, certo?

Smith poderia concordar se estivéssemos falando apenas de trocas de objetos. No entanto, ao mencionar circulação, Smith teria em mente em primeiro lugar a circulação de sentimentos (via simpatia) e ideias. Neste caso, pode-se questionar que tipo de produção

---

<sup>33</sup> Estamos cientes que o conceito de “ideologia” é passível de diversas interpretações em Marx. Eagleton (1991) arrola as definições mais comuns no início de seu livro.

exatamente seria pressuposta para que fosse possível a circulação de sentimentos e ideias. Que as circunstâncias sociohistóricas são a base e condicionam essa circulação de sentimentos e ideias é algo com que Smith e Marx muito provavelmente concordariam. Entretanto, esta observação ainda não nos ensina sobre a prioridade da circulação sobre a produção (ou vice-versa).

Esta prioridade, entretanto, é central para que entendamos adequadamente como Marx pretendia intervir no debate sobre a reforma dos bancos proposta por Darimon. Seu argumento é justamente de que alterar a expressão fenomênica (a legislação que organiza a circulação) sem alterar a estrutura de produção em classes é um jogo perdido. Como já deixamos claro no final de seção de Smith, o problema central aqui não parece ser alguma discussão arcana sobre a teoria do valor. Ao contrário, a discussão sobre valor tem importância apenas na medida em que nos permite intervir no debate público acerca do papel de instituições como o mercado tem na regulação da vida social.

Quando Marx procura mostrar que alterar instituições no nível da circulação é um jogo perdido ele sinaliza que alterar o mecanismo de mercado sem alterar a relação de capital é inútil, pois o primeiro é presa da segunda (como indicado no título desta seção). Quando se trata de mudanças estruturais profundas na sociedade, Marx mobiliza sua argumentação no sentido de mostrar uma série de copertencimentos categoriais: assim, ele mostra como o processo lógico que leva da *mercadoria* como forma equivalente desdobrada ao dinheiro (como equivalente geral) está umbilicalmente associado ao processo lógico que coagula os trabalhos concretos individuais à “geleia” do *trabalho abstrato*, ao processo que divide a *sociedade em classes* e que, por fim, produz visões de mundo e categorias que “enfeitiçam” os indivíduos. Capital, sociedade de mercado e indivíduos que não percebem o que se esconde por trás da troca de mercadorias (daí seu fetiche) são parte de uma mesma totalidade, segundo Marx.

## 5. Notas Conclusivas

O trabalho procurou, ainda que de forma incipiente, investigar o papel do conceito de mercado nos sistemas filosófico-econômicos de Smith e Marx. Para conduzir esta investigação, fizemos uso da história contextual de Skinner e Pocock. Com seu auxílio, procuramos estudar o papel do conceito de mercado em Smith e Marx sem admitir de antemão a centralidade de uma teoria do valor que iria de um até outro de forma relativamente contínua. Enfatizamos, por outro lado, o modo como o conceito de mercado foi utilizado em seus sistemas para justificar filosófica e politicamente a intervenção e necessidade de mudança em algum aspecto da

realidade socioeconômica na qual eles se inseriam. Dentro desta concepção, a teoria do valor é reposicionada de forma a ocupar um lugar tão mais central quanto seja sua capacidade de auxiliar na argumentação com vistas a intervir no debate público.

No caso de Smith, o conceito de mercado funciona como princípio geral e “natural” (não violento) de organização social, frente à violência e rapacidade das grandes companhias de navegação associadas às políticas mercantilistas britânicas, ao problema da pobreza e ao problema do crescente déficit público. O “sistema de liberdade natural” poderia, se bem governado, aliviar na prática tais problemas. No caso de Smith, uma teoria do valor parece possuir caráter mais instrumental, ficando subordinada aos princípios mais gerais da troca -- estes sim capazes de alterar positivamente a realidade socioeconômica.

Em Marx, a teoria do valor possui mais centralidade pois está associada a um momento específico da história em que mercado, alienação e luta de classes andam juntos. No caso de Marx, o princípio de mercado é menos geral -- Marx entende as trocas prévias ao capitalismo como “naturais-espontâneas” e não pertencentes a um “modelo geral de mercado”. Deste modo, a abolição do capital estaria associada também à abolição de relações mercantis mediadas pelo equivalente geral e da alienação.

Iniciamos o trabalho nos perguntando sobre a coerência da expressão “socialismo de mercado”. Concluímos que, se nos mantivermos exclusivamente na esfera dos escritos de Marx, tal expressão é um oxímoro, pois mercado, capital e alienação se copertencem. Contudo, se ampliarmos o conceito de mercado para o que dele pensa Smith, pode ser que a expressão tenha não só coerência interna como aplicabilidade externa. Esta, contudo, já é outra investigação.

## 6. Referências

ALBUQUERQUE, E. M. *Agenda Rosdolsky*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2012.

ARIDA, P. *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*. In: GALA, P. e REGO, J. M. *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: Ensaio Sobre Metodologia em Economia*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

BERRY, C. J. *The Idea of a Commercial Society in the Scottish Enlightenment*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.



DUSSEL, E. *A Produção Teórica de Marx: Um Comentário aos Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENDERLE, R. *O Jovem Marx e o ‘Manifesto Filosófico da Escola Filosófica de Direito’*. Crítica Marxista, número 20, 2005.

GOÇMEN, D. *Adam Smith’s Common-Sense Philosophical Contribution to the Debate on the Mind-Body Problem as a Social Problem*. Unpublished Manuscript, 2009. Disponível em <https://dogangocmen.files.wordpress.com/2009/07/a-smiths-contribution-to-the-mind-body-dualism1.pdf>. Acesso em 08.02.2018.

HAAKONSSSEN, K. *The Science of a Legislator: The Natural Jurisprudence of David Hume and Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

HANLEY, R. P. *Adam Smith and the Character of Virtue*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

KHALIL, E. *Introduction: Smith, the Hedgehog*. Adam Smith Review, 2 (1), pp. 3-20, 2006.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *The German Ideology*. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/german-ideology/ch01.htm>. Acesso em 18.03.2018.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Vol I. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

OTTESON, J. R. *Adam Smith’s Marketplace of Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PACK, S. J. *Adam Smith, Natural Movement, and Physics (Working Paper) (2015)*. Economics Faculty Publications. 32. <http://digitalcommons.conncoll.edu/econfacpub/32>. Acesso em 18.03.2018.

POCOCK, J. G. A. *Political Thought and History: Essays on Theory and Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PURO, E. Meanings of the Term ‘Natural’ in the Wealth of Nations. *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, 9, 73-86, 1992.

ROSANVALLON, P. *O Liberalismo Econômico: História da Ideia de Mercado*. Florianópolis: Edusc, 2002.

SCREPANTI, E. and ZAMAGNI, S. *An Outline of the History of Economic Thought*. 2nd Edition. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SILVEIRA, A. M A *Indeterminação de Senior*. *Revista de Economia Política*, Vol. 19. n.1 (73), janeiro-março, 1999.

SKINNER, Q. *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. *History and Theory* 8 (1). Wesleyan University, Wiley: 3–53. <http://www.jstor.org/stable/2504188>. Acesso em 15.02.2018.

SMITH, A. *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*. Disponível em <https://www.libertyfund.org/books/the-glasgow-edition-of-the-works-and-correspondence-of-adam-smith>. Acesso em 20.03.2009.

STAPLEFORD, T. *Historical Epistemology and the History of Economics: Views Through the Lens of Practice*. In: FIORITO, L , SCHEALL, S. , SUPRINYAK, C. E. (eds.) *Including a Symposium on the Historical Epistemology of Economics (Research in the History of Economic Thought and Methodology, Volume 35A)* Emerald Publishing Limited, pp. 113 - 145, 2017.

YOUNG, J. T. *Natural Price and the Impartial Spectator: A New Perspective on Adam Smith as a Social Economist*. *International Journal of Social Economics*. Vol. 12, Issue 6-7, 1995.